

Além do que se vê: Uma Análise Multidimensional da Restrição Financeira nas Famílias Brasileiras.

Autoria

MATHEUS VIEIRA DE SOUZA - matheus.vieira-souza@unesp.br

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO / UNESP - Universidade Estadual Paulista

"Júlio de Mesquita Filho"

Hermes Moretti Ribeiro da Silva - hermes.silva@unesp.br

Prog de Pós-Grad em Admin/Esc Sup de Agricultura "Luiz de Queiroz" - PPGA/ESALQ / USP - Universidade de São Paulo

Pós-Graduação em Engenharia de Produção / UNESP - FEB

Eduardo Eugênio Spers - edespers@usp.br

Prog de Pós-Grad em Admin/Esc Sup de Agricultura "Luiz de Queiroz" - PPGA/ESALQ / USP - Universidade de São Paulo

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Este trabalho foi financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, por meio do Edital Universal (processo nº 407568/2023-9).

Resumo

Este artigo investiga como diferentes formas de restrição financeira — tanto objetivas (endividamento e sobre-endividamento) quanto subjetivas (percepção de escassez) — afetam o consumo e a avaliação das condições de vida das famílias brasileiras. Utilizando microdados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF 2017–2018), são conduzidas análises empíricas sobre o consumo total e a avaliação das condições de vida. Os resultados mostram que famílias endividadas e sobre endividadas consomem proporcionalmente mais que as sem dívidas, mas com menor bem-estar subjetivo, sobretudo entre mulheres, pessoas não brancas e indivíduos com menor escolaridade. Estudos futuros podem considerar o impacto de políticas públicas no endividamento e na escassez subjetiva.

Além do que se vê: Uma Análise Multidimensional da Restrição Financeira nas Famílias Brasileiras.

Resumo

Este artigo investiga como diferentes formas de restrição financeira — tanto objetivas (endividamento e sobre-endividamento) quanto subjetivas (percepção de escassez) — afetam o consumo e a avaliação das condições de vida das famílias brasileiras. Utilizando microdados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF 2017–2018), são conduzidas análises empíricas sobre o consumo total e a avaliação das condições de vida. Os resultados mostram que famílias endividadas e sobre endividadas consomem proporcionalmente mais que as sem dívidas, mas com menor bem-estar subjetivo, sobretudo entre mulheres, pessoas não brancas e indivíduos com menor escolaridade. Estudos futuros podem considerar o impacto de políticas públicas no endividamento e na escassez subjetiva.

1. Introdução

As famílias brasileiras enfrentam uma realidade preocupante: 73% declaram estar endividadas e, entre estas, quase 19% se consideram "muito endividadas" (Agência Brasil, 2023). A relação entre o endividamento das famílias e o PIB dobrou em uma década, passando de 0,10 para 0,20, contribuindo significativamente para a recessão econômica de 2015-2016. Esse fenômeno, no entanto, não é exclusivo do Brasil — países emergentes como Turquia, Tailândia e Coreia do Sul também registraram aumentos expressivos no endividamento familiar entre 1993 e 2014 (Bahadir & Gumus, 2016).

Para além do endividamento, um quarto dos brasileiros relatam que a sua renda não é suficiente para pagar todas as despesas do mês e que para o período da pesquisa, era certo um cenário de vulnerabilidade financeira (SERASA, 2024).

Indivíduos podem relatar dificuldades financeiras sobre diferentes perspectivas. Por

um lado, o sobre endividamento é uma relação objetiva caracterizada pela situação onde parte significativa da renda dos indivíduos está comprometida com financiamentos e empréstimos e pela incapacidade do consumidor em efetuar os pagamentos de obrigações previamente assumidas (Leandro & Botelho, 2022; Bodea & Deceanu, 2022).

Por outro lado, uma perspectiva complementar à discussão é a da escassez financeira. Baseada na Teoria da Escassez, de Mullainathan e Shafir (2013), e ampliada em artigos como Cannon *et al.* (2018) e Hamilton *et al.* (2018), essa abordagem entende que a escassez não decorre, necessariamente, do nível absoluto de renda, mas sim do descompasso entre as necessidades percebidas e os recursos disponíveis.

Sob a perspectiva do endividamento, evidências sugerem que a dívida compromete o consumo no médio e longo prazo, afeta a saúde física e financeira, incentiva comportamentos de evitação e aumenta a vulnerabilidade econômica. Simultaneamente, produz efeitos subjetivos relevantes, como estresse financeiro e prejuízos à saúde mental. Além disso, o estado subjetivo de escassez financeira pode influenciar decisões e percepções que vão além da esfera individual. (Betti *et al.* 2007; Gutiérrez-Nieto *et al.* 2017)

Já entre as consequências da Escassez Financeira, estudos sugerem que consumidores relatam maiores *trade-offs* no processo de escolha de compra e menos influenciáveis pelo contexto do qual estão inseridos (Spiller, 2011; Shah *et al.* 2015). Além disso, consumidores em estado de escassez financeira evitam lidar com sua renda e gastam parte considerável da renda em bilhetes de loteria (Hilbert *et al.* 2021).

Endividamento e Escassez Financeira, embora não sejam dimensões semelhantes, estão sob um arcabouço financeiro complexo e que tem suas dimensões aspectos subjetivos e objetivos, como trabalhos de Keese (2011) que utilizou medidas objetivas

(métricas financeiras) e subjetivas (percepção e sentimento quanto à dívida) do endividamento. Por outro lado, a escassez também pode ser medida de forma objetiva (renda) e subjetiva (percepção dos indivíduos sobre seu bem-estar) a fim de compreender como a falta de dinheiro impacta em questões como gastos discricionários (Sarial-abi *et al.* 2021).

Diante dessas perspectivas, este artigo se orienta pela seguinte pergunta de pesquisa: *Como diferentes formas de restrição financeira impactam o consumo e a avaliação das condições de vida?* Com base nos dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF 2017–2018), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com mais de 55 mil famílias brasileiras, o objetivo é mensurar os efeitos de duas formas distintas de questões financeiras como medidas de endividamento e questões subjetivas de escassez financeira.

2. Revisão de Literatura

2.1 Impacto objetivo e subjetivo do endividamento

O endividamento afeta as famílias tanto no nível individual quanto no coletivo. Individualmente, as famílias endividadas enfrentam dificuldades para obter crédito e administrar suas finanças. Coletivamente, esses problemas se traduzem em barreiras macroeconômicas que limitam o crescimento a longo prazo (Attanasio, 1995; Cecchetti; Mohanty; Zampolli, 2011). Quatro fatores contribuem para o endividamento: (i) Fatores Institucionais, relacionados à influência dos credores sobre os tomadores de crédito; (ii) Fatores Socioeconômicos, como ciclo de vida familiar, experiência, renda e capacidade de gasto; (iii) Fatores Psicológicos, que refletem a percepção de controle sobre a situação financeira; e (iv) Fatores de Decisão-Comportamento, envolvendo as escolhas de crédito que afetam o endividamento (Dessart & Kuyllen, 1986).

Na literatura, o endividamento é abordado sob duas perspectivas: objetiva e subjetiva. A perspectiva objetiva foca em aspectos como a presença de dívidas, inadimplência e o valor total da dívida (Tay *et al.* 2016). Exemplos de endividamento objetivo incluem altos pagamentos em relação à renda (como gastar mais de 30% do rendimento mensal bruto em reembolsos não garantidos), múltiplos compromissos de crédito (quatro ou mais empréstimos) e atrasos nos pagamentos, além da percepção subjetiva da dívida (D'Alessio & Iezzi, 2013).

No Brasil, Ponchio e Aranha (2008) identificaram que renda, materialismo, idade e gênero influenciam o endividamento entre indivíduos de baixa renda em São Paulo. Sob uma perspectiva social, o endividamento afeta as estruturas das relações sociais, ora reforçando-as, ora rompendo-as. Sob a ótica da economia da dívida, empréstimos entre pessoas endividadas revelam tanto o lado positivo quanto o negativo dessas relações (Pereira & Strelhau, 2016).

Estudos como o de da Silva *et al.* (2018) mostram que consumidores endividados que utilizam cheque especial tendem a ter menor autocontrole e reflexão cognitiva. No entanto, para consumidores de alta renda, a dívida não pode ser atribuída apenas a esses fatores.

Além disso, Garber *et al.* (2018) observaram que o aumento do endividamento no Brasil entre 2003 e 2014 foi impulsionado principalmente por dívidas relacionadas à aquisição de automóveis, imóveis e empréstimos consignados, que utilizam salários, benefícios, imóveis ou veículos como garantia. Embora as dívidas de cartão de crédito e empréstimos não consignados tenham crescido, Garber *et al.* (2018) argumentam que essas representam uma parcela menor do endividamento total das famílias. Essa visão, porém, é contestada por Bertran e Echeverry (2021), que identificam os cartões

de crédito como a principal fonte de endividamento entre as famílias brasileiras.

Outro fator importante no cenário brasileiro foi a expansão dos cartões de crédito, especialmente através das lojas de varejo, que introduziram o parcelamento de compras — uma prática anteriormente rara no país (Ferman, 2015; Saltorato *et al.* 2014

O endividamento impacta negativamente o bem-estar subjetivo, prejudicando a satisfação financeira, a saúde, o sono, e gerando sentimentos de culpa, incerteza e incompetência. Além disso, a pressão financeira resultante do endividamento cria estresse e incertezas quanto à capacidade de cumprir objetivos e necessidades básicas (Tay *et al.* 2016; Fredrickson *et al.* 2004).

O endividamento familiar pode ser dividido em duas fases distintas: a fase inicial, ou pré-endividamento, em que fatores como equilíbrio financeiro, acessibilidade ao crédito e influências macroeconômicas desempenham papéis cruciais; e a fase subsequente, marcada pelas consequências do endividamento, que podem incluir desde a redução da renda disponível até problemas como doenças, divórcios, isolamento social e estresse psicológico (Dessart & Kuyllen, 1986; Leandro & Botelho, 2022).

Um estudo de Białowolski *et al.* (2019) revelou que o endividamento afeta tanto a saúde física quanto emocional, com os efeitos sendo exacerbados à medida que o nível de endividamento aumenta. De forma semelhante, Sweet *et al.* (2013) encontraram uma associação negativa entre dívida e saúde mental (como sintomas de depressão) e física (como pressão arterial diastólica elevada).

Estudos realizados na China indicam que a posse de dívidas está negativamente associada à felicidade, especialmente no caso de dívidas habitacionais e

educacionais (Liu *et al.* 2019; Gal & McShane, 2012). No entanto, é essencial considerar que a percepção do endividamento varia entre os indivíduos. Por exemplo, Greenberg e Mogilner (2021) descobriram que muitos americanos não percebem hipotecas e dívidas de cartão de crédito como endividamento, ao contrário das dívidas estudantis, que são mais prontamente reconhecidas como tal. Além disso, o impacto do endividamento é maior entre famílias de baixa renda (Barba & Pivetti, 2009; Di Giulio; Milani, 2011).

H1. Indivíduos classificados como sobre-endividados apresentam menor consumo total e pior avaliação do padrão de vida em comparação com famílias não sobre-endividadas.

2.2 Escassez Financeira

A escassez pode assumir diferentes formas, como financeira, temporal ou social, e está associada à percepção de uma discrepância entre os recursos disponíveis e um ponto de referência mais alto e desejável (Cannon *et al.* 2018). Essa experiência afeta a jornada do consumidor ao exigir ajustes comportamentais imediatos e de longo prazo, com impactos que vão além da privação material, alcançando dimensões como identidade, tomada de decisão e engajamento com o consumo (Hamilton *et al.* 2018).

A escassez financeira sob uma perspectiva subjetiva, está atrelada ao fato de que os indivíduos sentem-se inferiores ou decepcionados por não alcançarem um estado financeiro desejado (Sharma e Alter., 2012; Mullainathan e Shafir., 2013).

Diante da escassez, os consumidores podem adotar diferentes estratégias de enfrentamento: desde ações voltadas à superação direta da limitação de recursos até tentativas de restaurar a sensação de controle por meio de domínios simbólicos. Em ambos os casos, o consumo pode assumir funções compensatórias, seja por meio da

valorização de bens duráveis carregados de apego simbólico, seja por meio de um consumo mais fluido, temporário e desvinculado da identidade (Cannon *et al.* 2018; Goldsmith *et al.* 2021).

Além disso, a escassez pode ser percebida como uma ameaça à liberdade de escolha, gerando respostas simbólicas de reafirmação de autonomia e resistência a normas sociais. Consumidores em contextos de escassez percebida como crônica tendem, por exemplo, a preferir produtos associados a grupos minoritários ou contraculturais como forma de expressar agência (Gong *et al.* 2020).

A literatura também indica que lembretes de escassez ativam sentimentos de restrição, elevando os níveis de abstração cognitiva e, conseqüentemente, a adesão a produtos sustentáveis, especialmente quando os benefícios pró-sociais são destacados (Goldsmith *et al.* 2019). Em paralelo, percepções de um ambiente difícil influenciam decisões alimentares, como a preferência por alimentos mais calóricos (Laran & Salerno, 2013).

A estrutura de decisão em contextos de escassez tende a ser guiada por necessidades concretas e imediatas, reduzindo o espaço para raciocínios abstratos e autocontrole (Shah *et al.* 2015). Em particular, a escassez financeira, objetiva ou subjetiva, tem sido associada a maiores níveis de consumo, endividamento e investimentos arriscados, muitas vezes mediados por uma percepção otimista do futuro. Esses consumidores também demonstram maior busca por variedade nos produtos escolhidos (Sarial-Abi *et al.* 2023; Van Kerckhove *et al.* 2020).

Por fim, a escassez financeira tem implicações cognitivas relevantes, como a redução da capacidade de raciocínio e planejamento (de Almeida *et al.* 2024), e relaciona-se à evitação financeira, um estado em que o indivíduo evita lidar com suas finanças pessoais (Hilbert *et al.* 2021). Além disso, consumidores em situação de escassez

financeira tendem a evitar o consumo de produtos verdes, sobretudo quando estes são percebidos como mais caros ou supérfluos (Zhang *et al.* 2023).

A escassez financeira molda não só o comportamento de compra, mas também o comportamento pós-compra, fazendo com que esses indivíduos compartilhem menos sobre suas compras com os outros, fazendo com que a restrição de modo geral impacte negativamente no boca a boca (Paley *et al.* 2018).

H2. A escassez financeira subjetiva exerce um impacto negativo sobre o consumo total das famílias.

H3. Quanto maior o grau de escassez financeira subjetiva (medido pelo gap entre a renda percebida como ideal e a renda real), pior é a avaliação das condições de moradia e do padrão de vida.

3. Metodologia

Este trabalho utilizou dados da versão mais recente da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) de 2017/2018. Esta edição contou com uma amostra de 57.920 domicílios, apurada entre 11 de julho de 2017 e 9 de julho de 2018. A pesquisa fornece dados que embasam a composição do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), utilizado para medir a inflação, e contribui para compreender como fatores socioeconômicos influenciam a distribuição de despesas em diferentes regiões do país. (IBGE, 2020; Medeiros, 1978)

A POF, conduzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tem como objetivo gerar informações sobre a estrutura orçamentária das famílias, bem como sobre características dos domicílios e das áreas, incluindo aspectos relacionados à qualidade de vida (Ministério da Economia, 2018).

Pesquisas específicas empregaram os dados da POF para mapear diferenças de consumo entre grupos socioeconômicos e regiões, possibilitando identificar desigualdades estruturais e promover intervenções políticas e sociais mais eficazes. (IBGE, 2020, Gomes, 2005)

A pesquisa oferece dados sociais importantes. Por exemplo, por meio dos dados levantados, pesquisadores identificaram padrões de consumo alimentar, destacando a substituição de alimentos in natura por produtos ultraprocessados, fenômeno que contribui para o aumento de doenças crônicas não transmissíveis. (Junior & De Almeida; Gomes, 2005)

Para este estudo, foram utilizadas algumas *proxys* para analisar o endividamento dos indivíduos e a escassez. Utilizando o padrão de trabalhos anteriores, o endividamento foi feito a partir do rácio da dívida, seguindo o seguinte cálculo:

$$\textbf{Rácio} = \textit{Diminui  o de Passivo} / \textit{Renda Bruta} \quad \textbf{(1)}$$

O valor indica o quanto da renda mensal está comprometida com dívidas. Seguindo o trabalho de D'Alessio e Iezzi (2013) que apontam que as medidas de sobre-endividamento são consideradas a partir de 25% a 30%, este trabalho considerou as seguintes faixas: Indivíduos sem Renda; Indivíduos Sem Dívida (0%), Indivíduos Endividados (Até 25%) e Indivíduos Sobre-endividados (Acima de 25%).

Seguindo trabalhos de Tully *et al.* (2015) e Cannon *et al.* (2018) a escassez foi mensurada a partir da discrepância entre os recursos disponíveis e recursos desejados. Para o cálculo foram utilizados a Renda Bruta indicada pelo respondente e a variável V6102 onde a questão era "Levando em conta a situa  o da sua família, qual seria o rendimento mensal mínimo para chegar até o fim do mês?". Nesse sentido, a diferença entre os valores indicava o gap intitulado do qual este trabalho utilizou

como proxy da escassez.

Para além disso, uma terceira variável foi criada intitulada 'Consumo Total', onde foi somado o valor de todas as áreas de consumo da POF. O quadro 1 apresenta um resumo das variáveis utilizadas nos artigos.

Quadro 1. Variáveis Utilizadas no Trabalho

Dimensão	Variáveis	Descrição
Avaliação Financeira	V6101	Percepção da facilidade ou dificuldade financeira para chegar ao fim do mês onde: (1) - Muita Dificuldade (2) - Dificuldade (3) - Alguma dificuldade (4) - Alguma Facilidade (5) - Facilidade (6) - Muita Facilidade
	V6102	Renda mínima mensal (em reais) considerada necessária pela família
Padrão de Vida	V61041 a V61046	Avaliação da família quanto a alimentação, moradia, vestuário, educação, saúde e lazer, onde (1) - Boa (2) - Satisfatório (3) - Ruim
Condições de Moradia	V61051 a V61058	Avaliação dos serviços públicos (água, energia, lixo, esgoto, transporte etc.) (1) - Boa (2) - Satisfatório (3) - Ruim (4) - Não existe
Consumo Total	consumo total	Total gasto em diferentes categorias de consumo (11 itens) como Alimentação, Saúde, Habitação, Lazer, Viagens, Fumo e etc.
Endividamento	Rácio da Dívida	Indicadores de endividamento (objetivo é categórico)
Escassez Subjetiva	Escassez = V6102 - RendaBruta	Diferença entre renda desejada e renda bruta familiar
Sociodemográficos	UF, Classe ABEP, Instrução, Segurança Alimentar, Composição Familiar, etc.	Informações de contexto familiar e individual (renda, raça, sexo, idade, instrução etc.)

Fonte. Autores (2025)

Para fins de análise dos dados, foi utilizado o software R, com as libraries *pacman*, *dplyr*, e *nnet* que permitiram a manipulação dos dados e as regressões necessárias como a Regressão Linear Múltipla e Logística Multinomial.

4. Análise dos Resultados

4.1 Estudo 1. Impacto Objetivo e Subjetivo do Endividamento

A partir da divisão dos indivíduos em rácio de dívida, quatro grupos foram analisados: os indivíduos sem renda, sem dívida, endividados e sobre endividados. A média de idade entre os indivíduos mostra uma diferença quando comparados os sem renda e os demais, sendo o primeiro, em sua maioria, por pessoas da terceira idade.

Além disso, a renda média entre os indivíduos sobre-endividados é menor que a de indivíduos sobre-endividados, mostrando que além de receberem menos, tem uma maior parte dessa renda comprometida a serviço da dívida. Ainda sobre os sobre-endividados, nota-se que em sua maioria são pessoas residentes do Maranhão, enquanto para os outros grupos as pessoas são residentes de estados baseados na região nordeste. A tabela 1 resume os dados sociodemográficos dos grupos.

Tabela 1. Dados Sociodemográficos

Variável	Sem Renda	Sem Dívida	Endividado	Sobre-Endividado
Média de Idade	65,0 anos	44,8 anos	49,2 anos	50,1 anos
Renda Média (R\$)	0	3.638	6.545	4.782
Classe ABEP mais freq.	DE (57,5%)	DE (43,8%)	DE (29,7%)	DE (39,8%)
Raça mais frequente	Parda (45,9%)	Parda (52,0%)	Parda (47,3%)	Parda (54,0%)
Sexo mais frequente	Mulher (55,5%)	Homem (60,4%)	Homem (62,0%)	Homem (65,1%)
UF com maior presença	Minas Gerais (8,0%)	Rio de Janeiro (7,4%)	Minas Gerais (9,8%)	Maranhão (7,1%)
N total (renda)	9.570	25.862	21.383	1.105

Fonte. Autores (2025)

Ao analisar as respostas dos grupos em relação ao quanto seu rendimento permitia levar a vida até o fim do mês, nota-se que, todos os grupos responderam em sua

maioria com algum tipo de dificuldade. Proporcionalmente, o grupo sobre-endividado, apresenta a maior porcentagem (77%) de indivíduos relatando dificuldades de chegar até o fim do mês com a própria renda. A tabela 2 indica os valores absolutos dos grupos por tipo de resposta.

Tabela 2. Frequência de Grupos Endividados por Percepção de Dificuldade de Renda

Linha	Sem Renda	Sem Dívida	Endividado	Sobre-Endividado
1	1.652	3.692	2.479	203
2	2.172	5.867	4.176	277
3	2.945	9.466	7.916	377
4	1.562	3.848	3.543	129
5	1.098	2.769	2.953	112
6	141	220	316	7

Fonte. Autores (2025)

A fim de verificar o impacto do endividamento no consumo, nota-se que, entre os grupos analisados, indivíduos endividados e sobre-endividados apresentam um consumo proporcionalmente maior em relação aos indivíduos sem dívidas e sem renda.

Os resultados indicam ainda que mulheres e pessoas de raças não brancas tendem a apresentar um consumo proporcionalmente menor. Além disso, observa-se que, à medida que aumentam os níveis de instrução e de classe socioeconômica, há um aumento proporcional no consumo total.

Importante dizer que o consumo total foi transformado em logaritmo. Tal transformação se deu para lidar com assimetria dos dados e reduzir o impacto de outliers, dado que nossa amostra tem muitas observações (< 50.000). Os resultados estimados com a variável de consumo em logaritmo estão apresentados na Tabela 3.

Tabela 3. Coeficientes de Regressão Linear sobre Consumo

Variável	Coeficiente	Erro Padrão	t-valor	p-valor
----------	-------------	-------------	---------	---------

(Intercepto)	6,0696	0,0208	292,01	< 2e-16
sem dívida (vs. sem renda)	0,1949	0,0095	20,45	< 2e-16
endividado (vs. sem renda)	0,5282	0,0096	55,26	< 2e-16
sobre_endividado (vs. sem renda)	0,5839	0,0228	25,64	< 2e-16
Idade (V0403)	0,0028	0,0002	12,16	< 2e-16
Sexo (V0404)	-0,0786	0,0061	-12,94	< 2e-16
Raça/Cor (V0405)	-0,0210	0,0021	-10,00	< 2e-16
Instrução	0,0337	0,0023	14,78	< 2e-16
Classe ABEP	0,4057	0,0032	126,65	< 2e-16
Residual standard error: 0.7079 on 57911 degrees of freedom Multiple R-squared: 0.468, Adjusted R-squared: 0.4679 F-statistic: 6367 on 8 and 57911 DF, p-value: < 2.2e-16				

Fonte. Autores (2025).

Por fim, ao analisar os dados da avaliação das condições de vida, nota-se que em quase todas as variáveis, os indivíduos sobre-endividados apresentaram maiores chances de avaliar sua situação como ruim comparado aos sem dívida, denotando que ter uma maior parte da renda comprometida com dívidas, indica também uma piora na avaliação das condições de vida. A tabela 4, mostra o intervalo de confiança para as regressões logísticas.

Tabela 4. Percepção de Dificuldade por Grupos de Endividamento

Variável	Sem dívida	Endividado	Sobre-endividado
V61041 – Alimentação	0,81 [0,77 – 0,86]	1,12 [1,08 – 1,17]	1,45 [1,38 – 1,52]
V61042 – Saúde	0,84 [0,80 – 0,88]	1,06 [1,02 – 1,10]	1,33 [1,27 – 1,40]
V61043 – Educação	0,89 [0,83 – 0,95]	1,04 [0,98 – 1,09]	1,26 [1,18 – 1,35]
V61051 – Moradia	0,92 [0,87 – 0,97]	1,10 [1,05 – 1,15]	1,34 [1,26 – 1,42]

V61053 – Saneamento básico	0,94 [0,88 – 1,00]	1,08 [1,02 – 1,14]	1,31 [1,23 – 1,39]
V61055 – Água encanada	0,90 [0,84 – 0,96]	1,05 [0,99 – 1,12]	1,22 [1,14 – 1,30]

Fonte. Autores (2025)

Na próxima seção, discutiremos os resultados do estudo.

4.1.2 Discussão dos Resultados

Conforme demonstrado no em Gutiérrez-Nieto *et al.* (2017) e Leandro e Botelho (2022) o sobre-endividamento tem um impacto multidimensional e complexo. Este artigo identificou duas frente. Primeiramente, observou-se uma diferença significativa entre a renda dos indivíduos sobre-endividados e dos endividados, sendo a média do primeiro grupo inferior à do segundo.

Nesse sentido, ainda que os indivíduos endividados tenham parte de sua renda comprometida com dívidas, eles aparentam enfrentar menos dificuldades financeiras do que os sobreendividados. Isso se reflete no fato de que o grupo dos sobre-endividados relata, proporcionalmente, uma dificuldade maior em conseguir passar o mês com a renda disponível, em comparação com outros grupos (endividados ou não).

Os dados da regressão indicam que indivíduos sobre-endividados, quando comparados ao grupo sem renda, apresentam maior gasto com bens de consumo do que os demais grupos, independentemente do nível de endividamento. Como os dados de rácio não consideram diretamente o consumo, essa diferença sugere que o grupo com maior comprometimento financeiro continua consumindo em níveis elevados, o que pode indicar padrões de consumo compulsivo ou dificuldades em ajustar o consumo à renda disponível, como por exemplo Wang *et al.* (2020) onde o stress causado pela dívida fazia impactava na compra de produtos de luxo.

Além disso, observou-se que pessoas que se autodeclaram de raça diferente da branca apresentam, em média, menor consumo do que brancos. Homens também apresentam menor gasto em comparação com mulheres, o que pode estar alinhado com estudos que apontam que as mulheres tendem a apresentar um planejamento financeiro mais eficaz do que os homens (Meyll & Pauls, 2019).

Adicionalmente, indivíduos com maior nível de escolaridade e pertencentes a classes sociais mais altas tendem a apresentar maiores níveis de consumo, o que confirma a literatura sobre a relação entre capital educacional, classe social e padrões de consumo.

Por fim, ao analisar os dados relacionados à avaliação das condições de vida, nota-se que os indivíduos sobre-endividados tendem a atribuir avaliações mais negativas ao seu padrão de vida e às suas condições de moradia.

4.2 Estudo 2. Impacto Objetivo e Subjetivo da Escassez Financeira

A escassez financeira neste artigo foi mensurada pelo gap entre a renda bruta dos indivíduos e um valor mensal justo para chegar até o fim do mês. Acredita-se que esta proxy esteja próxima da ideia de discrepância presente no artigo de Cannon *et al.* (2018). Para tanto, aproveitou-se de uma segunda questão presente no questionário onde os indivíduos de uma escala de 1 a 6, indicavam com que grau de dificuldade ou facilidade a renda que eles possuíam permitiam que eles chegassem até o fim do mês.

No artigo de Goldsmith *et al.* (2015), às questões sobre escassez seguiam direção semelhante onde os indivíduos indicavam o grau de concordância com perguntas sobre escassez. Nesse sentido, para avaliar se a escassez de recursos estava associada com o grau de dificuldade, uma regressão logística foi realizada. Os resultados indicam que quanto maior a escassez de recursos, menores as chances dos indivíduos relataram uma maior facilidade de chegar até o fim do mês com a própria renda.

Importante notar que resultados semelhantes são encontrados para idade (quanto maior a idade, menores as chances) e Sexo (tomando como referência o masculino) e raça (tomando como referência os brancos). A tabela 05 resume os achados da regressão.

Tabela 05. Escassez e Avaliação da Dificuldade da Renda

Categoria (vs. 1)	Escassez	V0403	V0404	V0405	Composição	V6199
2	-1.234546e-05	-0.008364633	-0.1517798	0.02935011	0.04490292	-0.5436195
3	-4.660594e-05	-0.015196896	-0.2701960	-0.01178608	0.06662982	-1.1077661
4	-9.764814e-05	-0.007528009	-0.3403243	-0.06652349	0.05647619	-2.1042638
5	-1.219216e-04	-0.012084173	-0.3774489	-0.06038478	0.01249453	-2.4184229
6	-1.298020e-04	0.005365556	-0.3583729	-0.15330210	-0.09033090	-1.9568293

Fonte. Autores (2025)

Nesse sentido, ao analisar os dados sob a perspectiva do grau de dificuldade que a renda permite chegar ao fim do mês, encontramos que a renda média é menos do que a renda média daqueles que declararam algum tipo de facilidade e o rendimento ideal é maior do que a renda média para aqueles que declaram ‘muita dificuldade’ e ‘dificuldade’. A tabela apresenta dados sociodemográficos dos respondentes por grupo. Nota-se ainda que, aqueles que respondem com alguma dificuldade são pessoas pardas, enquanto que aqueles que respondem com alguma facilidade são de maioria branca.

Tabela 06. Análise Sociodemográfica por Relato de Dificuldade com a Renda

Variável	1	2	3	4	5	6
Idade média	50,6 anos	49,8 anos	48,9 anos	51,4 anos	49,9 anos	53,0 anos
Renda média (R\$)	2.233	2.786	3.820	5.415	7.192	12.408
Rendimento ideal (R\$)	2.692	3.042	3.571	4.060	4.399	6.282
Gap médio (ideal - real)	-459	-256	249	1.354	2.793	6.125
Consumo médio (R\$)	1.519	1.808	2.310	3.002	3.701	5.755
Classe ABEP + freq.	Classe 1 (DE) – 59,9%	Classe 1 (DE) – 51%	Classe 1 (DE) – 38,5%	Classe 1 (DE) – 29,5%	Classe 1 (DE) – 23,8%	Classe 4 (B2) – 20,8%

Raça mais frequente	Parda – 55,1%	Parda – 54,8%	Parda – 49,7%	Branca – 47%	Branca – 47,8%	Branca – 55,4%
Escolaridade + freq.	Ensino Fundamental I	Ensino Fund. I	Ensino Fund. I	Ensino Médio	Ensino Médio	Ensino Superior completo
UF com maior presença	Bahia (7,5%)	Minas Gerais (7,1%)	Minas Gerais (8,3%)	São Paulo (8,6%)	São Paulo (8,9%)	São Paulo (12,7%)

Fonte. Autores (2025)

Os dados de consumo total, transformados em logaritmo natural, indicam que quanto maior a escassez financeira, menor tende a ser o consumo proporcional dos indivíduos. Esse padrão permanece mesmo após o controle por variáveis sociodemográficas, como idade, sexo (com o sexo masculino como categoria de referência) e raça/cor (com pessoas brancas como referência). Os resultados também mostram que, à medida que a composição familiar se torna mais diversa, há um aumento proporcional no consumo total. A tabela 7 resume os achados.

Tabela 07. Coeficientes de Consumo Total

Variável	Coeficiente	Erro Padrão	Valor-t	p-valor
(Intercepto)	8.033000	0.019580	410.28	< 2e-16
Escassez	-0.000026	0.0000005356	-49.41	< 2e-16
Idade (V0403)	-0.006765	0.0002622	-25.80	< 2e-16
Sexo (V0404)	-0.065360	0.007609	-8.59	< 2e-16
Raça/Cor (V0405)	-0.085590	0.002623	-32.63	< 2e-16
Composição Familiar	0.100700	0.002980	33.78	< 2e-16
Renda Percebida (V6199)	-0.263200	0.004366	-60.29	< 2e-16
Residual standard error: 0.8958 on 57913 degrees of freedom Multiple R-squared: 0.148, Adjusted R-squared: 0.1479 F-statistic: 1677 on 6 and 57913 DF, p-value: < 2.2e-16				

Fonte. Autores (2025)

Por fim, ao avaliar os dados de avaliação dos padrões de vida, nota-se que para Alimentação, Saúde e Educação e para Saneamento Básico, Iluminação Pública e Água Encanada, quanto maior a escassez financeira, pior são as chances de avaliar negativamente. Os resultados são apresentados na tabela 08.

Tabela 08. Impacto da Escassez na Avaliação das Condições de Vida.

Variável	OR	std.error	statistic	p.value
Alimentação (V61041)	1.0000486	0.0000025	19.500000	0.000
Saúde (V61042)	1.0000432	0.0000022	19.636364	0.000
Educação (V61043)	1.0000499	0.0000030	16.633333	0.000
SaneamentoBásico (V61053)	1.0000397	0.0000025	15.880000	0.000
Iluminação Pública (V61054)	1.0000385	0.0000030	12.833333	0.000
Água Encanada (V61055)	1.0000364	0.0000028	13.000000	0.000

Fonte. Autores (2025)

4.2.1 Análise e discussão dos resultados

A escassez financeira, neste artigo, é compreendida a partir das dimensões teóricas propostas por Shah *et al.* (2012) e Cannon *et al.* (2018), nas quais a escassez é definida como a experiência subjetiva de que os recursos financeiros disponíveis são insuficientes para atender às demandas percebidas. Para operacionalizar essa concepção, construiu-se uma proxy de escassez financeira baseada na diferença entre a renda mensal familiar e o valor declarado como necessário para chegar ao fim do mês.

Com o objetivo de validar essa proxy, foi realizada uma regressão logística que demonstrou que, quanto maior o “gap” de escassez, menores as chances de os indivíduos declararem que conseguem levar a vida com alguma facilidade. Esses resultados indicam que a discrepância entre a renda percebida como necessária e a renda real constitui uma medida válida de escassez subjetiva. Trabalhos anteriores, como Goldsmith *et al.* (2015), também utilizaram perguntas semelhantes para captar essa percepção.

A partir da variável de dificuldade autorreferida em relação à renda, foi realizada uma análise sociodemográfica. Observou-se que indivíduos que relataram maiores dificuldades financeiras possuem, em média, rendas inferiores àsquelas dos grupos

que indicaram algum nível de facilidade ou apenas dificuldade moderada. Este achado sustenta a discussão já presente em estudos como o de Noordewier *et al.* (2025), que apontam uma correlação entre escassez subjetiva e indicadores econômicos objetivos, como renda e status socioeconômico.

Além disso, os dados revelam que os grupos que relatam alguma facilidade financeira apresentam, em média, maior escolaridade. Em termos raciais, indivíduos brancos estão mais presentes entre os que indicam facilidade, enquanto pessoas pardas predominam entre aqueles que enfrentam dificuldades — evidenciando desigualdades estruturais que atravessam a experiência de escassez.

A regressão linear demonstrou que, ainda que com coeficientes pequenos, à medida que aumenta a escassez subjetiva, há uma redução no consumo total. Isso sugere que a percepção de restrição financeira afeta o comportamento de consumo, o que pode estar associado tanto à limitação de recursos objetivos quanto ao pensamento orientado por trade-offs, conforme documentado por Spiller (2011) e Shah *et al.* (2015).

Um dos efeitos da escassez financeira é um sentimento de ‘miopia’ no consumo financeiro objetivo, como indicado por Pulk e Post (2025) onde demonstraram que indivíduos nesse estado têm baixas taxas de poupança financeira. Para além dos resultados encontrados, este trabalho também observou que o consumo diminui com o avanço da idade, é menor entre homens (comparativamente às mulheres) e entre indivíduos de outras raças em relação aos brancos.

Adicionalmente, observou-se que, em quase todas as variáveis relacionadas ao padrão de vida, indivíduos com maior gap de escassez apresentaram maior probabilidade de avaliar negativamente sua situação. Apesar de os efeitos estimados serem pequenos (odds ratios próximos de 1), foram estatisticamente significativos ($p < 0,001$), indicando que quanto maior a diferença entre renda necessária e renda real, maior a tendência de avaliação negativa do próprio padrão de vida. Em relação às condições de moradia, os resultados foram mais heterogêneos: o gap de escassez teve efeito significativo apenas sobre a variável V61053 (acesso a saneamento básico), sugerindo uma relação específica entre escassez e esse indicador.

De modo geral, esses resultados reforçam as evidências apresentadas por Noordewier *et al.* (2025), que demonstram o impacto da escassez financeira sobre o

sentimento de exclusão social. No estudo citado, quanto maior a percepção de escassez, maior o sentimento de que o indivíduo não pertence plenamente à sociedade. Esses achados indicam que a escassez não se restringe à limitação material, mas também repercute nas dimensões subjetivas e relacionais da vida social.

5. Conclusão

Através de dois estudos empíricos, foi possível identificar efeitos distintos e complementares de cada forma de restrição econômica na vida dos indivíduos. No Estudo 1, observou-se que diferentes níveis de endividamento estão associados a padrões de consumo e à avaliação das condições de vida. Indivíduos sobre-endividados, em especial, apresentaram maiores dificuldades para manter seu padrão de consumo e relataram percepções mais negativas sobre sua moradia e bem-estar. Consequências do endividamento são bem documentadas em trabalhos como Leandro e Botelho (2022) e Gutiérrez-Nieto *et al.* (2017). Este trabalho avança não só no impacto no consumo para uma grande amostra brasileira, como avança para o impacto do endividamento nas condições de vida, mostrando que estar sobre-endividado faz com que os indivíduos relatem pioras nessa avaliação.

Já o Estudo 2 demonstrou que a escassez subjetiva – medida pela discrepância entre renda real e renda considerada necessária – está fortemente associada à piora nas avaliações de suficiência financeira, no consumo e na percepção das condições de vida. A análise reforça que, ainda que de natureza subjetiva, a percepção de escassez produz efeitos concretos, incluindo retração do consumo, pior avaliação de saneamento básico e sentimentos de exclusão social.

Esses resultados dialogam com uma literatura crescente que aponta que a escassez não é apenas um fenômeno material, mas também psicológico, social e simbólico. Trabalhos como os de Shah *et al.* (2012), Cannon *et al.* (2018) e Noordewier *et al.* (2025) sustentam que a experiência de ter “menos do que o necessário” pode afetar decisões cotidianas, sentimentos de pertencimento e até o senso de dignidade. Ao utilizar uma proxy simples, porém robusta, baseada na percepção de suficiência de renda, este estudo avança ao demonstrar que a escassez subjetiva está correlacionada com indicadores econômicos e sociodemográficos, como renda,

escolaridade, gênero e raça.

Como limitações, destaca-se a natureza transversal dos dados utilizados, que impede inferências causais, e a ausência de medidas qualitativas que poderiam aprofundar as vivências subjetivas dos participantes.

Futuras pesquisas podem investir em abordagens longitudinais e qualitativas que articulem dados de renda, consumo e vivência cotidiana da escassez. Além disso, pesquisas futuras poderiam mensurar o impacto de ações do governo para mitigar o impacto do endividamento.

De forma preliminar, esse estudo analisou o impacto do Desenrola, programa do governo federal brasileiro para a negociação de consumidores devedores com empresas e governo. Baseado em uma análise de séries temporais interrompidas seguindo Bernal, Cummins e Gasparrini (2017) com métodos Arima, com dados de séries temporais do endividamento fornecidos pelo banco central, inflação (IPCA) e taxa de desocupação, este trabalho mostra que houve um possível impacto significativo nos níveis de endividamento. Os resultados preliminares podem ser visualizados na tabela 09.

Tabela 09. Efeito do Desenrola no Endividamento

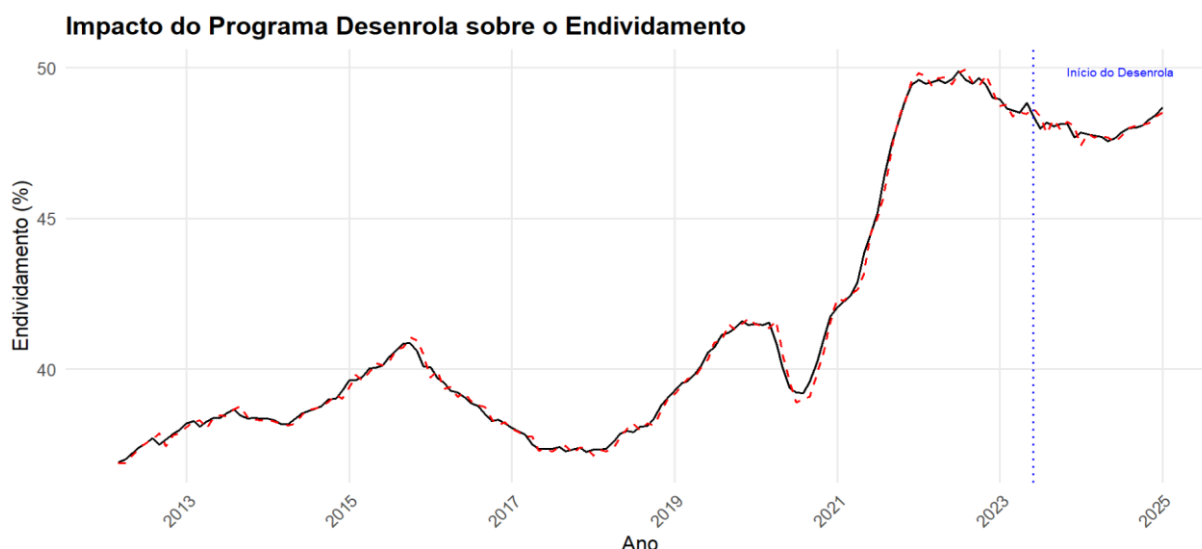
Termo	Coeficiente	Erro Padrão	t-value	p-value
ar1	0.5685	0.0855	6.65	< 0.001
ar2	0.0368	0.0944	0.39	0.696
ar3	0.1795	0.0804	2.23	0.026
Intervenção	-0.3928	0.1804	-2.18	0.029
IPCA	-0.0740	0.0390	-1.90	0.058
Taxa de desocupação	-0.0502	0.1100	-0.46	0.648
Harmônico sen(1)	-0.0081	0.0716	-0.11	0.910

Harmônico cos(1)	0.1268	0.0726	1.75	0.081
Harmônico sen(2)	0.0105	0.0225	0.47	0.639
Harmônico cos(2)	0.0086	0.0312	0.27	0.784

Fonte. Autores (2025)

A figura 1 representa de forma gráfica o possível impacto do programa no endividamento.

Figura 1. Impacto do Programa Desenrola sobre o endividamento



Fonte. Autores (2025)

Em um contexto marcado pelo aumento da desigualdade e pela normalização do endividamento conforme bem apontado por Arnold *et al.* (2023), compreender a escassez financeira em suas múltiplas dimensões é essencial para o desenho de políticas públicas mais sensíveis, que considerem não apenas os indicadores objetivos de renda e dívida, mas também os efeitos subjetivos e simbólicos que limitam as escolhas e o bem-estar da população.

REFERÊNCIAS

Attanasio, Orazio P., 1995. "The intertemporal allocation of consumption: theory and evidence," Carnegie-Rochester Conference Series on Public Policy, Elsevier, vol. 42(1), pages 39-56, June.

Antunes, A. B. S., Cunha, D. B., Baltar, V. T., Steluti, J., Pereira, R. A., Yokoo, E. M., Sichieri, R., & Marchioni, D. M. (2021). Dietary patterns of Brazilian adults in 2008–2009 and 2017–2018. *Revista de Saúde Pública*, 55(suppl 1), 8s. <https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2021055003437>

Agência Brasil. (2023, dezembro). Inadimplência atinge em novembro maior índice desde outubro de 2023. Agência Brasil. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-12/inadimplencia-atinge-em-novembro-maior-indice-desde-outubro-de-2023>

Bahadir, B., & Gumus, I. (2016). Credit decomposition and business cycles in emerging market economies. *Journal of International Economics*, 103, 250–262. <https://doi.org/10.1016/j.jinteco.2016.10.003>

Barba, A., & Pivetti, M. (2008). Rising household debt: Its causes and macroeconomic implications--a long-period analysis. *Cambridge Journal of Economics*, 33(1), 113–137. <https://doi.org/10.1093/cje/ben030>

Bertran, M. P., & Echeverry, D. (2021). What is the size of credit card debt in Brazil? Reporting Thresholds, Interest Rates and Income Distribution. *Journal of Behavioral and Experimental Finance*, 30, 100460. <https://doi.org/10.1016/j.jbef.2021.100460>

Betti, G., Dourmashkin, N., Rossi, M., & Yin, Y. P. (2007). Consumer over-indebtedness in the EU: measurement and characteristics. *Journal of Economic Studies*, 34(2), 136–156. <https://doi.org/10.1108/01443580710745371>

Białowolski, P., Węziak-Białowolska, D., & VanderWeele, T. J. (2019). The impact of savings and credit on health and health behaviours: an outcome-wide longitudinal approach. *International Journal of Public Health*, 64(4), 573–584. <https://doi.org/10.1007/s00038-019-01214-3>

Brown, S., Taylor, K., & Price, S. W. (2005). Debt and distress: Evaluating the psychological cost of credit. *Journal of Economic Psychology*, 26, 642–663. <https://doi.org/10.1016/j.joep.2005.01.002>

Bridges, S., & Disney, R. (2010). Debt and depression. *Journal of Health Economics*, 29(3), 388–403. <https://doi.org/10.1016/j.jhealeco.2010.02.003>

Bodea, G., & Deceanu, L. (2022). Private over-indebtedness, a concept that has become too common? *Virgil Madgearu Review of Economic Studies and Research*, 15(1), 5–34. <https://doi.org/10.24193/rvm.2022.15.83>

Cannon, C., Goldsmith, K., & Roux, C. (2018). A Self-Regulatory model of resource scarcity. *Journal of Consumer Psychology*, 29(1), 104–127. <https://doi.org/10.1002/jcpy.1035>

Cecchetti, Stephen G. and Cecchetti, Stephen G. and Mohanty, Madhusudan S. and Zampolli, Fabrizio, The Real Effects of Debt (September 1, 2011). BIS Working Paper No. 352, Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=1946170>

Da Silva, S., Da Costa, N., Jr, Matsushita, R., Vieira, C., Correa, A., & De Faveri, D. (2018). Debt of high-income consumers may reflect leverage rather than poor cognitive reflection. *Review of Behavioral Finance*, 10(1), 42–52. <https://doi.org/10.1108/rbf-07-2016-0046>

D'Alessio, G., & Iezzi, S. (2013). Household over-indebtedness: Definition and measurement with Italian data. *Bank of Italy Occasional Papers*, 149. <https://doi.org/10.2139/ssrn.2243578>

De Almeida, F., Scott, I. J., Soro, J. C., Fernandes, D., Amaral, A. R., Catarino, M. L., Arêde, A., & Ferreira, M. B. (2024). Financial scarcity and cognitive performance: A meta-analysis. *Journal of Economic Psychology*, 101, 102702. <https://doi.org/10.1016/j.joep.2024.102702>

Dessart, W. C. A. M., & Kuylen, A. A. A. (1986). The nature, extent, causes, and consequences of problematic debt situations. *Journal of Consumer Policy*, 9, 311–334. <https://doi.org/10.1007/BF00380302>

Drentea, P., & Reynolds, J. R. (2012). Neither a borrower nor a lender be: The relative importance of debt and SES for mental health among older adults. *Journal of Aging and Health*, 24(4), 673–695. <https://doi.org/10.1177/0898264311431304>

Di Giulio, D., & Milani, C. (2013). Plastic money diffusion and usage: An empirical analysis on Italian households. *Economic Notes*, 42(1), 47–74. <https://doi.org/10.1111/ecno.12002>

Ferman, B. (2015). Reading the fine print: Information disclosure in the Brazilian credit card market. *Management Science*, 62(12), 3534–3548. <https://doi.org/10.1287/mnsc.2015.2281>

Fredrickson, B. L. (2004). Gratitude, like other positive emotions, broadens and builds. In *Oxford University Press eBooks* (pp. 144–166). <https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780195150100.003.0008>

Gal, D., & McShane, B. B. (2012). Can Small Victories Help Win the War? Evidence from Consumer Debt Management. *Journal of Marketing Research*, 49(4), 487–501. <https://doi.org/10.1509/jmr.11.0272>

Garber, Gabriel and Mian, Atif R. and Ponticelli, Jacopo and Sufi, Amir, Household Debt and Recession in Brazil (October 2018). NBER Working Paper No. w25170, Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=3270719>

Greenberg, A. E., & Mogilner, C. (2021). Consumer debt and satisfaction in life. *Journal of Experimental Psychology: Applied*, 27(1), 57–68. <https://doi.org/10.1037/xap0000276>

Goldsmith, K., Roux, C., & Wilson, A. V. (2019). Can Thoughts of Having Less Ever Promote Prosocial Preferences? The Relationship between Scarcity, Construal Level, and Sustainable Product Adoption. *Journal of the Association for Consumer Research*, 5(1), 70–82. <https://doi.org/10.1086/706506>

Gomes, R. G. M. R. (2005). *Tipologia das famílias residentes no estado do Rio de Janeiro segundo a estrutura das despesas de consumo* [Dissertação de mestrado, Escola Nacional de Ciências Estatísticas].

Gong, X., Zhang, H., & Fan, Y. (2020). To conform or deviate? The effect of resource scarcity on consumer preference for minority-endorsed options. *Journal of Business Research*, 122, 437–446. <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2020.08.064>

Gutiérrez-Nieto, B., Serrano-Cinca, C., & De La Cuesta González, M. (2016). A multivariate study of over-indebtedness' causes and consequences. *International Journal of Consumer Studies*, 41(2), 188–198. <https://doi.org/10.1111/ijcs.12324>

Hair, J. F., Black, W. C., Babin, B. J., & Anderson, R. E. (2009). *Multivariate data analysis: A global perspective* (7th ed.). Prentice Hall.

Hamilton, R. W., Mittal, C., Shah, A., Thompson, D. V., & Griskevicius, V. (2018). How Financial constraints Influence Consumer Behavior: An Integrative framework. *Journal of Consumer Psychology*, 29(2), 285–305. <https://doi.org/10.1002/jcpy.1074>

Hilbert, L. P., Noordewier, M. K., & Van Dijk, W. W. (2021). The prospective associations between financial scarcity and financial avoidance. *Journal of Economic Psychology*, 88, 102459. <https://doi.org/10.1016/j.joep.2021.102459>

Hu, L. T., & Bentler, P. M. (1999). Cutoff criteria for fit indexes in covariance structure analysis: Conventional criteria versus new alternatives. *Structural Equation Modeling*, 6(1), 1–55. <https://doi.org/10.1080/10705519909540118>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2020). Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF. IBGE. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/24786-pesquisa-de-orcamentos-familiares-2.html>

Júnior, P. N. S., & De Almeida, L. F. (2023). A ALIMENTAÇÃO DO BRASILEIRO: *Caderno De Geografia*, 34(76), 79. <https://doi.org/10.5752/p.2318->

2962.2024v34n76p79

Keese, M. (2011). Who feels constrained by high debt burdens? Subjective vs. objective measures of household debt. *Journal of Economic Psychology*, 33(1), 125–141. <https://doi.org/10.1016/j.joep.2011.08.002>

Keese, M., & Schmitz, H. (2014). Broke, ill, and obese: Is there an effect of household debt on health? *Review of Income and Wealth*, 60(3), 525–541. <https://doi.org/10.1111/roiw.12002>

Kukk, M., & Van Raaij, F. (2018). To pool or not to pool: Allocation of financial resources within households. *Think Forward Initiative*, 1–24.

Leandro, J. C., & Botelho, D. (2022). Consumer over-indebtedness: A review and future research agenda. *Journal of Business Research*, 145, 535–551. <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2022.03.023>

Lee-Yoon, A., Donnelly, G. E., & Whillans, A. V. (2020). Overcoming resource scarcity: Consumers' response to gifts intending to save time and money. *Journal of the Association for Consumer Research*, 5(4), 391–403. <https://doi.org/10.1086/710187>

Liu, Z., Zhong, X., Zhang, T., & Li, W. (2019). Household debt and happiness: evidence from the China Household Finance Survey. *Applied Economics Letters*, 27(3), 199–205. <https://doi.org/10.1080/13504851.2019.1610706>

Meyll, T., & Pauls, T. (2018). The gender gap in over-indebtedness. *Finance Research Letters*, 31. <https://doi.org/10.1016/j.frl.2018.12.007>

Mullainathan, S., & Shafir, E. (2013). *Scarcity: Why Having Too Little Means So Much*. Macmillan.

Noordewier, M. K., Doolaard, F. T., Lelieveld, G., Van Dijk, E., Hilbert, L. P., Marr, S., Van Beest, I., Gallucci, M., & Van Dijk, W. W. (2025). A longitudinal study on the association between financial scarcity and feelings of societal exclusion. *Journal of Behavioral and Experimental Economics*, 102319. <https://doi.org/10.1016/j.socec.2024.102319>

Paley, A., Tully, S. M., & Sharma, E. (2018). Too constrained to converse: the effect of financial constraints on Word-of-Mouth. *Journal of Consumer Research*. <https://doi.org/10.1093/jcr/ucy040>

Pereira, C. R., & Strehlau, S. (2016). Social bond development through continuous indebtedness. *Journal of Consumer Policy*, 39(2), 241–259. <https://doi.org/10.1007/s10603-016-9313-0>

Ponchio, M. C., & Aranha, F. (2008). Materialism as a predictor variable of low-income

consumer behavior when entering into installment plan agreements. *Journal of Consumer Behaviour*, 7(1), 21–34. <https://doi.org/10.1002/cb.234>

Pulk, K., & Post, T. (2025). Subjective financial scarcity today = objective financial scarcity in the future? The impact of subjective financial scarcity on saving for retirement. *Frontiers in Behavioral Economics*, 4. <https://doi.org/10.3389/frbhe.2025.1379577>

Richardson, T., Elliott, P., & Roberts, R. (2013). The relationship between personal unsecured debt and mental and physical health: A systematic review and meta-analysis. *Clinical Psychology Review*, 33(8), 1148–1162. <https://doi.org/10.1016/j.cpr.2013.08.009>

Saltorato, P., Domingues, L. C., Donadone, J. C., & Guimarães, M. R. N. (2014). From stores to banks. *Latin American Perspectives*, 41(5), 110–128. <https://doi.org/10.1177/0094582x14544278>

Sarial-Abi, G., Ulqinaku, A., Viglia, G., & Das, G. (2021). The effect of financial scarcity on discretionary spending, borrowing, and investing. *Journal of the Academy of Marketing Science*, 51(6), 1214–1243. <https://doi.org/10.1007/s11747-021-00811-0>

Shah, A. K., Mullainathan, S., & Shafir, E. (2012). Some consequences of having too little. *Science*, 338(6107), 682–685. <https://doi.org/10.1126/science.1222426>

Shah, A. K., Shafir, E., & Mullainathan, S. (2015). Scarcity frames value. *Psychological Science*, 26(4), 402–412. <https://doi.org/10.1177/0956797614563958>

Soman, D., & Cheema, A. (2002). The effect of credit on spending decisions: The role of the credit limit and credibility. *Marketing Science*, 21(1), 32–53. <https://doi.org/10.1287/mksc.21.1.32.155>

Spiller, S. A. (2011). Opportunity cost consideration. *Journal of Consumer Research*, 38(4), 595–610. <https://doi.org/10.1086/660045>

Sweet, E., Nandi, A., Adam, E. K., & McDade, T. W. (2013). The high price of debt: Household financial debt and its impact on mental and physical health. *Social Science & Medicine*, 91, 94–100. <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2013.05.009>

Tay, L., Batz, C., Parrigon, S., & Kuykendall, L. (2017). Debt and subjective well-being: The other side of the income-happiness coin. *Journal of Happiness Studies*, 18, 903–937. <https://doi.org/10.1007/s10902-016-9758-5>

Tully, S. M., Hershfield, H. E., & Meyvis, T. (2015). Seeking lasting enjoyment with limited money: Financial constraints increase preference for material goods over experiences. *Journal of Consumer Research*, 42(1), 59–75.

Van Kerckhove, A., Lunardo, R., & Fitzsimons, G. J. (2020). Monetary scarcity leads to increased desire for assortment. *Journal of the Association for Consumer Research*, 5(4), 377–390. <https://doi.org/10.1086/709889>

Wang, W., Ma, T., Li, J., & Zhang, M. (2020). The pauper wears prada? How debt stress promotes luxury consumption. *Journal of Retailing and Consumer Services*, 56, 102144. <https://doi.org/10.1016/j.jretconser.2020.102144>

Zhang, R., Ma, Q., & Guan, D. (2023). The impact of financial scarcity on green consumption: Sequential mediating effects of anxiety and self-efficacy. *Psychology & Marketing*, 40(5), 1162–1178. <https://doi.org/10.1002/mar.21801>